

DEPOIMENTO SOBRE O COLETIVO CHAMA

THIAGO AMUDⁱ

Coletivo Chama foi o nome que ganhou um grupo de artistas do Rio de Janeiro que começaram a conversar em 2011 sobre assuntos de música.

Revolta e romantismo davam a tônica dos primeiros papos, que só tinham cabimento em mesa de bar. Mas logo surgiram planos de ação, tentativas diligentes – algumas bem-sucedidas – de viabilizar aquele ímpeto. Foi quando deixamos o bar e entramos nos apartamentos, de onde partimos para estúdios, palcos, estradas.

Havia, pelo menos em mim, desejo de rebuliçar a música brasileira, justamente por causa da imensa reverência que eu tinha e tenho por tudo o que ela foi e pode ser. Parecia-me então que cumprir o protocolo de bom cancionista era insuficiente para honrar o amor por esse legado. Era preciso estimular o que fosse vertiginoso, era preciso ser disruptivo, era preciso fugir dos consensos, era preciso transvalorar os valores da “pólis”. Hoje olho tudo isso e acho que devia ser meio engraçado para quem visse de fora.

Ou até de dentro: imagino, por exemplo, que Renato Frazão, criador genuíno, apolíneo, de senso prosódico apurado, aparentado ao universo dos grandes cantadores nordestinos, desconfiasse de meu *Sturm und Drang* carioca.

Era ainda nos tempos da Dilma. Parece que foi há muito mais tempo, pois não existe nada mais antigo do que o passado recente. (Quando pensei nessa frase, busquei-a no Google, já suspeitando que pudesse não ser minha. Dito e feito: encontrei-a num artigo de João Paulo Cuenca).

No tempo do Coletivo Chama já dava para buscar tudo no Google. Só o que não dava era pra saber que a devastação que viraria política de estado de 2019 (talvez 2016) a 2022 já estava sendo tramada.

A anarquia “châmica”, se não chegava a ser um ciframento do projeto reacionário que, sub-repticiamente, geraria Bolsonaro, tampouco era suficiente para lidar com o que quer que não fosse estritamente subjetivo. Até aí nenhum problema, não fosse o fato de o Coletivo ambicionar ser também uma instância de enfrentamento cultural.

Quem conhecesse a doçura pessoal e musical de Fernando Vilela, autor de cantigas ultramelodiosas meio mineiras, meio portuguesas, não adivinharia que sua voz seria a que, no grupo, mais contundentemente se ergueria contra esse estado de coisas.

Foi em 2016, antes de um ensaio nosso para o show de lançamento de *Todo Mundo É Bom*, o álbum que o Coletivo começara a gravar em 2014. Fernando disse, abalado: “O país está sofrendo um golpe!”. Dei resposta de dândi: “Cabe a nós, artistas, traduzir isso esteticamente. Indignações partidárias são inartísticas”. Ele foi taxativo: “Não! Uma reação apenas estética neste momento é fazer o jogo da direita. Eu não sou chapa branca.”

Não houve o tal ensaio naquele dia.

Mas aconteceu o show, no BNDES, e foi todo ele uma estilização da angústia daquele tempo, com direito a um *intermezzo* durante o qual o telão exibia aquele vídeo em que um esquerdista da Zona Sul carioca e uma olavete alucinada achincalham juntos um sujeito que estava fantasiado de Batman.

Acho que isso foi pouco antes da famigerada votação do impeachment na Câmara. Eu estava em São Paulo, onde tinha cantado com o Guinga. Voltei ao quarto do hotel a tempo de ver um deputado perverso dedicar seu voto “sim” ao homem que torturara a presidente que estava sendo derrubada. Gelei e pensei: “ou esse homem vai sair daí preso ou vai ser eleito presidente”.

Tinha acabado de ser lançada, no *Todo Mundo É Bom*, uma marchinha que eu compusera em 2011 chamada “Chapa Branca”. Sua letra pressupunha que no Brasil a vida política não consistia em outra coisa senão em patinar num pantanoso centrão peemedebista, e a vida social não passava de engrenagem medíocre, movida por um cinismo adaptativo. Se em 2011, quando a escrevi, as coisas ainda podiam parecer assim, em 2016 a hora já era outra. Fernando Vilela é que estava certo.

Mas mesmo não sendo uma canção que enfrentava o novo levante reacionário, a metralhadora giratória de “Chapa Branca” acertava uns bons tirinhos no neopentecostalismo, no neoliberalismo e no militarismo.

Três anos antes, em 2013, durante a grita geral nas ruas, grassava certa incompreensão a respeito de como as forças políticas reais estavam se rearranjando.

Pensando com a cabeça de agora, acho que o impasse anárquico do Coletivo Chama traduzia a contento aqueles dias confusos de MPLs, MBLs, máscaras de *black blocs* e de Guy Fawkes.

Naquela época já rolava no YouTube, há pelo menos um ano, um vídeo caseiro (des)pretensioso, em que cantávamos a tal “Chapa Branca”. Alguém então o repostou, como sendo algo adequado à confusão daquela quadra da vida brasileira.

O compositor e cantor Negro Léo compartilhou o post em seu Facebook, dizendo que nos odiava com todas as forças, que nós sabíamos muito bem a que lado servíamos, que éramos afilhados de pessoas suspeitas.

Negro Léo era, e permaneceu, amigo de Frazão e de Thiago Thiago de Mello (o Thiagão), que chegou a mandar um e-mail para ele, lembrando episódio de 1978 em que seu pai Thiago de Mello fizera um desagravo público a Glauber Rocha, sogro de Léo. Glauber era então atacado pelas esquerdas por ter elogiado o general Golbery. O cineasta via que,

naquele momento, uma abertura efetiva estava sendo conduzida pelos próprios milicos, e que a luta armada, que ainda mobilizava setores da esquerda, era empreitada malograda.

O e-mail do filho do poeta sugeria que o genro do cineasta repensasse seu sectarismo ao condenar a marchinha e o Chama, e cuidasse para não jogar colegas na fogueira das redes sociais. Não sei bem o que ele respondeu, mas lembro de uma noite de Mostra Cantautores em Belo Horizonte quando Thiago me chamou, dizendo que Léo queria falar comigo. Abraçamo-nos, ele pediu desculpas e eu achei que de certo modo também devia desculpas a ele.

Thiago tinha uma banda com Frazão e Lucas Dain chamada Escambo. A banda não me entusiasmou quando a escutei em 2008. Só aos poucos fui percebendo que as canções eram bem escritas, cheias de reentrâncias melódicas, espertas, comunicativas, singelas, belas. Havia ali alegria, saúde.

No final de 2011, sem se importar se eu gostava ou não do Escambo (e eu já tinha passado a gostar), Thiago me pediu entrevista para sua tese de doutorado sobre novos discursos na música brasileira. Ele percebeu que certos aspectos de meu pensamento convergiam com o que pensavam outros colegas com quem vinha conversando. E eram aspectos, digamos, heterodoxos.

Aquela primeira entrevista se multiplicou em muitas outras. Começamos a pensar juntos sobre algo que me parecia, e acho que também a ele, certa onipresença de novos artistas *blasés-fofinhos* nos suplementos culturais, nos projetos aprovados em editais, nos festivais alternativos etc.

Em oposição a isso, louvávamos coisas como grandeza harmônica, riqueza melódica, rigor poético, força telúrica, vertigem. Sempre, em se tratando de mim, a tal da “vertigem” aparecia...

Éramos a Geração de 45 contra os *blasés-fofinhos*.

Thiagão e o cineasta André Félix foram meus grandes interlocutores naqueles meses etílicos em que começamos a pensar em termos de “movimento”.

“Desce mais uma ampola”, frase que roubáramos do Mussum, deve ter sido a que os garçons do bar Palhinha mais ouviram da gente. E o que André e eu mais ouvíamos era o bordão de Thiagão (“Chama!”), às vezes significando “diz!”, como quando se responde a alguma interpelação, outras vezes expressando entusiasmo em relação aos ditos e/ou atitudes de alguém (“Fulano chama muito”).

Thiagão, que se move à vontade entre uma guturalidade meio roqueira e a lírica amazônica (o que me fez passar a chamá-lo de Pajé Punk), produz canções hipnóticas e super-imagéticas que têm como principal influência Manduka, seu velho irmão falecido em 2005, profícuo e imenso compositor que ainda está a léguas de ser conhecido como deve ser.

André Félix tinha chegado com inquietudes aparentadas às nossas a respeito do lugar da música na cultura brasileira, mas com visão política mais sólida e domínio da gramática deleuziano-cinematográfica.

Certa noite no bar Semente (cujo fechamento de portas em 2017 foi tão brutal para a música do Rio de Janeiro quanto o do Canecão anos antes), depois de um show do Escambo de que Edu Kneip e eu participáramos, Ivo Senra passou pela rua.

Ele desenvolvia pesquisas singulares no sintetizador, tocava piano com humor e fúria, e era cultor de estruturas musicais experimentais. Chamei-o. Entrou no bar.

André Felix estava na plateia. Também estava ali Cezar Altai (que Elke Maravilha, sua ex-mulher, apelidara de Sacha), artista plástico e autor bissexto de algumas das canções mais originais jamais feitas.

Sentindo-me empoderado como um mafioso, dirigi-me a Thiago, Frazão, Edu, Ivo, Sacha e André, e perguntei, com voz conspiratória: “vamos fazer algo como um movimento, que seja contundente, que seja profissional, que nos tire da invisibilidade, que nos habilite efetivamente a fazer frente a essas coisas de que falamos mal por aí? E vamos chamar também o Marcelo Fedrá e o Pedro Sá Moraes, que são incríveis?”

Logo os conluios semanais entre mim, André e Thiago passaram a contar com outros seis. Viramos nove.

Lembro de uma coisa em que pensei com toda clareza no ato mesmo da conclamação: “espero que Ivo produza um disco do Escambo”.

O fato de isso ter realmente acontecido um ano depois me deu a sensação de que minhas intuições iam na direção certa. E sobre o tal disco do Escambo, chamado *Neon*, escrevi um texto que mais tarde entraria no livro *Música Chama*, publicação da Faperj sobre nosso Coletivo — projeto do professor Eduardo Losso em parceria com Pedro Sá Moraes.

É preciso que se saiba que Pedro, além do registro de barítono raro no ambiente do canto popular, do talento para compor lindamente e do domínio cada vez mais pleno do espaço cênico, foi quem, entre nós, mais se moveu no sentido de concretizar aquela parte de minha conclamação que falava em profissionalização.

Num estilo caudaloso que é só dele (e que podemos atestar nos álbuns *Claro Escuro e Além do Princípio do Prazer*), Pedro criava projetos como um dínamo. Graças sobretudo a seu tino, fizemos o “Nascente e Foz”, o “Transversais do Tempo” e o “Brazilian

Explorative Music”, que nos levaram a palcos no Rio, em Paraty, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Brasília, Nova Iorque e Nova Jersey.

“Nascente” e “Transversais” eram ciclos de espetáculos/debates que propunham inserir nossos repertórios em esferas ligadas à poesia, à crítica literária e ao teatro.

Confesso que não sei muito bem o que penso a respeito dos resultados estéticos que conseguimos alcançar nesses ciclos.

Embora a fomentação de diálogos entre os diversos campos da cultura seja sempre empreendimento saudável, temo que tenhamos conseguido pouco mais do que cumprir as metas estabelecidas nos respectivos editais.

Foram inegavelmente experiências belas, em que selamos amizades fundas e duradouras com poetas como José Inácio Vieira de Melo, Marcelo Sandmann e Guilherme Gontijo Flores, e estivemos em cena com atores como Emílio de Mello, Júlia Lemmertz, Paulo Betti, Clarice Niskier, Alessandra Maestrini e Tereza Seiblitiz.

Mas sinto que nos faltava tempo para que pudéssemos encadear com maior organicidade nossas canções com as obras dos poetas que homenageávamos, com a performance dos grandes atores com quem dividíamos o palco, com as questões levantadas pelos críticos nos debates que encerravam as noites.

Talvez isso seja da natureza desta época – não haver tempo.

Todos sabemos que é difícil que se possa sustentar uma visão não errática da cultura; que se consiga escapar do que é apenas circunstancial; que aconteça algo como um “movimento” com coesão formal.

Ademais, o Chama surgiu precisamente na época em que os nichos começaram a ser reconfigurados pelos algoritmos das redes sociais.

Mesmo assim, senti pena que Edu, Fedrá e André tenham preferido sair do grupo antes de poderem usufruir da mobilidade que nos foi proporcionada pela aprovação de nossos projetos em alguns editais.

Edu e Fedrá, cada qual a seu modo, têm um pique criativo difícil de acompanhar. Certamente o Coletivo teria que apertar o passo ainda mais para dar conta de sua fome de inventividade, caso eles tivessem permanecido.

Sua saída foi antes da chegada do supracitado Fernando e do produtor, compositor, programador e pandeirista virtuose Sergio Krakowski, que logo foi morar em Nova Iorque, de onde continuou tramando mil coisas conosco.

Viramos oito.

Estabelecemos uma parceria com a produtora Ludmila Teixeira, que mais do que nos emprestar sua expertise na escrita de editais, nos trouxe, de modo amigo, o olhar feminino que, escandalosamente, nos faltava.

Lud passou a ser Branca de Neve. Os Sete Anões éramos Fernando (Mestre), Frazão (Zangado), Pedro (Dengoso), Ivo (Soneca), Krakowski (Atchim), Thiago (Feliz) e Sacha (Dunga). Eu devia ser os Irmãos Grimm...

Como se vê, éramos uma “machonaria”, ainda que próximos de Ludmila e das cantoras Ilessi, Cintia Graton, Aline Paes, Alice Passos, Luiza Borges, Juliana Linhares, Marcela Mangabeira, Mariana Baltar, Marília Schanuel.

Em plena Era Dilma, éramos um coletivo formado por oito homens. Quer me parecer que víamos pouco do que estava acontecendo...

Quanto a mim, eu hoje percebo que não via quase nada. Ou, das duas uma, via apenas para além de tudo – o que dava no mesmo.

Onde eu estava quando as mulheres começaram a expor nas redes sociais seus amigos secretos e seus primeiros abusos? E quando a justiça deu ganho de causa aos fazendeiros contra os Guarani-Kaiowá? E quando Marcos Feliciano presidiu a comissão de direitos humanos da câmara? Eu acompanhava extático, olhos de transe, mente supra-histórica, organizada em categorias metafísicas.

No começo de 2012, o jornalista Leonardo Lichote fez uma entrevista comigo, Pedro Sá Moraes, Edu Kneip, Sergio Krakowski e o pernambucano Armando Lôbo, investigando o caráter meio deslocado da música de nós cinco na cena contemporânea.

Em nada menos do que quatro horas de conversa regada a vinho, “Coletivo Chama” não apareceu como tópico. Mesmo assim, muito do que concernia à “cosmovisão châmica” estava ali.

“Geração Fora do Tempo” foi o nome da matéria, que ganhou a primeira página do Segundo Caderno d’O Globo numa quarta-feira de cinzas.

Foi uma celeuma.

Ao responder sobre a nova geração da canção paulista, um de nós disparou: “Michel Teló é melhor do que Rômulo Fróes.”

Pedro falou em “infinito” e “transcendência”. Armando falou em “canção culta”. Eu falei que era da “geração pós-pós rancor”. Tudo devia soar muito estranho.

Eu estava ressentido por ter sido ignorado pelos principais jornais quando lancei meu primeiro disco, em 2010. Soube de algumas reações negativas a mim na redação de um suplemento cultural e fui ficando paranoico, achando que estivesse sofrendo boicote etc.

Para depois da entrevista, já estava marcada a reunião semanal do Coletivo no apartamento do Ivo.

Edu, Pedro e eu fomos para lá. Krakowski não foi: só entraria no Chama depois. Já Armando não chegaria a fazer parte, afastando-se cada vez mais da MPB, que considera tradição morta e insepulta, e enveredando, com gênio, na música *soi disant* erudita.

Assim que entramos no apartamento, eu disse aos colegas que lá nos esperavam, ansiosos: “está declarada a guerra!”

Disse a frase absolutamente a sério, assim como agora estou rindo sinceramente ao transcrevê-la.

Pois aqui vão algumas notas sobre a “guerra”: o Facebook ficou em polvorosa. Foram, literalmente, milhares de comentários, a maior parte condenando nossa arrogância, alguns ponderando, uns poucos aderindo. De Nina Becker a Sergio Santos, havia comentários interessantes.

Francisco Bosco me escreveu, parabenizando-nos pela coragem de defender, em tempos como estes, a arte como instância do sublime. Fiquei admirado e orgulhoso que ele tenha lido assim por entre as frestas do escândalo.

Algumas reações, no entanto, pretendiam-se tão profundas sendo na prática tão rasas que talvez tenham inspirado o sarcástico poema “O Artista Social de Feicebuque”, escrito anos depois por Thiago e declamado no *Todo Mundo É Bom* com tratamento eletroacústico de um Krakowski sempre azougue.

Dois dias depois da “Geração Fora do Tempo”, outra matéria, em resposta a ela, trazia uma réplica elegante e respeitosa de Fróes; uma recriminação de Guinga aos artistas que usam o espaço que têm para falar mal de outros; um arrazoado de Bruno Cosentino sobre uma rixa que, segundo ele, haveria no Rio de Janeiro entre os fãs de Guinga e os fãs de Caetano Veloso; e uma declaração do professor de literatura da PUC Júlio Diniz suspeitando de nosso “reacionarismo”.

Meses depois, Adriana, que era casada com Sacha à época, encontrou Eliana Caruso, diretora da Rádio Roquette-Pinto.

Papo vai, papo vem, Eliana descobriu que Adriana era próxima dos protagonistas malucos daquela matéria. Adorou e sugeriu que fizéssemos um especial de duas horas.

Mais uma vez, Pedro vendeu nosso peixe: elaborou projeto pleiteando para o Coletivo um programa semanal fixo. Eliana topou que fizéssemos o piloto. Emplacamos assim o Rádio Chama, com seus roteiros escritos, geralmente, a muitas mãos.

Não éramos contratados. Trabalhávamos pela causa.

O Rádio Chama, que era transmitido nas noites de sexta-feira, teve mais de 200 edições. Ficou no ar até 2017, quando Eliana foi substituída pelo radialista Cabeção, que não via razão para aquelas algaravias que fazíamos ao redor de eixos temáticos (como “A Criança”, “O Sonho”, “A Morte”, “O Circo”, “O Inverno”) permanecerem na grade da programação.

Pilotados, no princípio, por Thiagão e Pedro (depois Renato e Fernando), havia programas que eram verdadeiros *mash-ups*; outros que pareciam textos ensaísticos; uns flertavam com o humorismo; em outros tocávamos sinfonias; entrevistamos Guinga e Thiago de Mello; Eduardo Losso falava de rock progressivo e mística, cada vez mais irmanado a nós, adorniano desbundado que é; a multiartista Jhê mandava, de Belo Horizonte, um

mini-quadro aleatório chamado “Tudo sobre qualquer coisa”; uma canção de Sacha foi gravada na rua na hora do *rush* e sobreposta à gravação de uma peça orquestral de Charles Ives; um funk carioca podia preceder a execução de um trecho de missa; declamávamos poesia, comemorávamos efemérides absurdas etc.

Havia um personagem que eu criei e interpretei, chamado “O Antropólogo”, cujas aparições eram precedidas por uma exclamação reverencial e uníssona dos apresentadores: “Óóóó!!! O An-tro-pó-lo-go!!!!”

Imitando a voz de Fernando Gabeira, eu dizia então certas coisas banais com verniz *hype* a respeito de temas como o “funk sueco”, o “arrocha croata” etc.

Uma vez, Sacha exagerou no *nonsense* e do nada mandou “aquele abraço” pro Cabo Anselmo, agente infiltrado das forças de repressão da ditadura. Do nada!

Krakowski se zangou com ele e foram longos os papos sobre o que era liberdade de expressão, sobre quais eram os limites do *nonsense* etc.

Depois entendemos Sacha. “Aquele abraço” era um modo torto de dizer “vá se danar! Vá para aquele lugar!”

Isso foi ainda em 2012. Hoje, dez anos depois do caótico 2013, dá pra ver com mais clareza que tais anarquias tendem a degenerar para a frouxidão ética, para a desumanidade, para o “E daí?”

A última vez que estive com Elke Maravilha, que já há muitos anos estava separada de Sacha, foi num evento promovido pelo Coletivo na *Áudio Rebel*, estúdio/casa de shows em Botafogo. Tratava-se de uma das edições de um *happening* mensal de que éramos curadores e, eventualmente, participantes.

Nessa noite, Elke chegava inesperadamente para anunciar o show da banda mineira Junkie Dogs, que apresentava canções autorais calcadas no rock inglês sessentista.

No fim da noite, já na saída, conversávamos eu e ela. Num dado momento, ela me disse que o pecado russo é a ira e o pecado alemão é o ressentimento.

Eu perguntei: — E o pecado brasileiro?

Ela respondeu: — A indiferença.

Nesse instante chegou seu táxi e nos despedimos.

Menos de três meses depois dessa noite ela morreu, de modo que aquelas palavras – as últimas que ouvi dela – ficaram ressoando em minha cabeça como palavras de uma sibila.

O “E daí?” que um Brasil enlutado ouviria em 2021 da boca do presidente da república só me fez constatar a verdade profunda do juízo de Elke, que, se ouviu o tal episódio do Rádio Chama, compreendeu imediatamente o sentido do “abraço” dirigido por seu ex-marido ao Cabo Anselmo num arroubo performático.

Não votei nunca nos candidatos da direita e, antes do golpe contra Dilma, não imaginaria que Bolsonaro poderia chegar aonde chegou.

Mas precisei ver aquela dedicatória a Brilhante Ustra para entender que a “filosofia” de Olavo de Carvalho não era outra coisa senão um roteiro de mutação cultural visando a tomada do poder pela extrema direita. Havia um antimessias chegando.

Fui ficando monotemático, comecei a escrever com pavor para meus camaradas de Coletivo. Lembro de um dia em que mandei, para o grupo que tínhamos no WhatsApp, cerca de 500 mensagens. Muitas respondidas. A maior parte, evidentemente, não.

Ainda trabalhamos juntos depois disso. Fizemos, por exemplo, o “Nascente e Foz” em Fortaleza (que inclusive contou com Fausto Nilo, mais uma vez com nosso já grande amigo José Inácio Vieira de Melo, com o grupo Pietá e com a direção de Emílio de Mello).

Mas a verdade é que eu já não conseguia entender como relevante nenhum projeto que, propondo-se brasileiro, profundo e provocador, não partisse de uma consciência plena do que estava para nos acontecer.

Revi tudo o que eu fizera e não fizera nos últimos anos e admirei, por exemplo, as investidas de Negro Leo contra minha marchinha, a desconfiança que acho que Frazão sentia e sobretudo a firmeza daquelas palavras de Fernando.

Todo Mundo É Bom, nosso álbum coletivo, produzido e arranjado a quatro mãos por mim e por Ivo Senra, abre com “Boa Praça”, canção de Sacha que, como observou o psicanalista e ensaísta Tales Ab’Sáber, talvez seja a primeira na história da música brasileira a falar em Auschwitz.

Está lá para quem quiser ouvir: a voz afinadíssima, clara e serena do compositor mineiro Kristoff Silva cantando palavras duras que davam o tom de nossa amargura: “o pastor na praça/ diz dos dons da graça/ em um tom raivoso/ tanto ou quanto mais raivoso/ que os pastores alemães/ nos portões de Auschwitz”.

Ouvindo isso, podemos entender melhor o teor do “abraço” que Sacha disparara, via-Rádio Chama, para o Cabo Anselmo.

Quando *Todo Mundo É Bom* foi lançado, o Coletivo já tinha apresentado publicamente pelo menos um concerto coeso, arranjado com rigor por mim e por Ivo. Refiro-me ao

espetáculo *Coletivo Chama Canta Mário de Andrade*, que nos foi encomendado por Marcos Lacerda, o então diretor do Centro de Música da Funarte, para a 21ª edição da Bienal de Música Brasileira Contemporânea.

O fato de termos sido o primeiro grupo de música dita “popular” a participar da erudita Bienal, e justamente retrabalhando cantigas ligadas ao erudito-popular Mário de Andrade (umas coletadas por ele, outras compostas por ele, e outras tantas por nós mesmos), nos situava mais ainda nesse entrelugar que, verdade seja dita, não sei bem em que medida existe.

No Brasil contemporâneo, o músico dito popular que investe numa carga alta de informações, esquivando-se o máximo possível de redundâncias, precisa acender uma vela (uma chama?) e pedir a Deus que um intelectual arejado como Marcos Lacerda dirija o Centro de Música da Funarte e, quem sabe, perceba como virtudes ousadas que tendem a ser percebidas como ruído.

Na época do lançamento de *Todo Mundo É Bom*, Paulo Almeida, assessor de imprensa que, desde 2013, trabalhava conosco muito mais por convicção e afinidade do que por um acordo contratual, pensou em produzirmos vídeos para o YouTube, registrando a reação de certas figuras à primeira escuta de algumas faixas do álbum. E assim o fizemos: Guinga, José Miguel Wisnik, Áurea Martins, Arrigo Barnabé, Nelson Angelo, Danilo Caymmi, André Mehmari, Zélia Duncan, Leila Pinheiro e outros tantos deram seus palpites sobre o que tinham acabado de ouvir.

Sacha, por sua vez, propôs: — Vamos fazer um estêncil com a frase “Todo mundo é bom” e sair pelas madrugadas pichando muro?

Assim fizemos, noites a fio.

Acertei jato de tinta na minha própria cara, e tudo...

Certa noite, a polícia apareceu. Sacha e eu metemos o pé, mas Fernando começou a ir na direção dos policiais para explicar o que estávamos fazendo. Gritamos: “vem, Fernando!” e ele veio correndo dizendo-nos candidamente: “mas eu queria só explicar pra eles...”

Todo Mundo É Bom foi título que eu cunhei, sarcástico e, ao mesmo tempo, a sério. (Causa-me espanto que a coexistência dos opostos ainda possa ser malvista pela razão depois de todas as aventuras das vanguardas, da psicanálise, da montagem cinematográfica, da física quântica etc.)

Leila Pinheiro me disse que se sentiu feliz quando viu a pichação, e concordou com a sentença.

Já no muro da Unirio, alguém grafitou em complemento à frase: “menos Cunha e Bolsonaro”.

Eis que os deuses pregaram uma peça na gente.

A última faixa do disco funde uma sinuosa e surpreendente “Ave Maria” em latim composta por Fernando (que divide os vocais com Cintia Graton) a uma canção de Renato Frazão e Fred Demarca chamada “Rainha do Meio-Dia”.

Com arranjo inspirado em Ligeti escrito para coro por um Ivo Senra iluminado, “Rainha do Meio-Dia” é, a meu ver, o acontecimento mais bonito do disco.

Sua letra aponta para o advento de um tempo de fartura e justiça, depois de a miséria e a dor se transfigurarem – como rezam as profecias do milenarismo popular sertânico.

Bordejando o misticismo socialista-monarquista de Antônio Conselheiro e adotando certa abordagem armorial aprendida no *Romance da Pedra do Reino* de Ariano Suassuna,

“Rainha do Meio-Dia” (e com ela todo o álbum) termina com um verso que enuncia, à revelia de seus autores e de todos nós que a gravamos coletivamente, uma das coisas mais desastrosas que poderiam ser ditas na década de 10 do século XXI: “Eldorado, reino do meu capitão”.

Não sabíamos então que o cafajeste que o país elegeria anos depois já estava sendo chamado, por seus correligionários, nas redes sociais, de “capitão”. E certamente nenhum de nós jamais tinha ouvido falar que ele nascera numa cidade do Vale do Ribeira chamada Eldorado.

E se eu, ao invés de omitir o fato, exponho-o neste texto, é como quem precisa contribuir para a ab-reação de uma neuropatia. É como quem quer remontar à cena de um trauma e abrir uma clareira de entendimento.

Ajo assim para deixar registrado que sei que nem todo mundo é bom; que tratar Olavo e Marilena Chauí como equivalentes, como sugere certa estrofe de “Chapa Branca”, é burrice e/ou canalhice; que é melhor não aproximar a palavra “abraço” do nome “Cabo Anselmo”.

O verso de Frazão para a melodia de Demarca é muito outra coisa. Não participa nem remotamente dos exercícios de relativismo que tendem a franquear caminhos para o fascismo passar.

ⁱ **Thiago Amud** é cantor, compositor, arranjador e violonista, bacharel em Música Popular Brasileira pela UNI-Rio. Já fez parcerias com artistas como Guinga, Francis Hime e Sérgio Assad, além de ter canções interpretadas por nomes como Milton Nascimento, Alcione, Sérgio Mendes, Ana Carolina, Mônica Salmaso e MPB-4. Assinou os arranjos de sopros da faixa-título do álbum *Meu Coco* (2021), de Caetano Veloso. Venceu o Prêmio Profissionais da Música Brasileira na categoria Melhor Cantor em 2019. Sua discografia solo é composta pelos álbuns *Sacradança* (2010, Delira Música), *De Ponta a Ponta Tudo é Praia-Palma* (2013, Delira Música), *O Cinema Que o Sol Não Apaga* (2018, Rocinante) e *São* (2021, Rocinante). **E-mail:** thiagoamud@gmail.com